



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO Nº DE 2024

(Da Sra. JULIANA CARDOSO)

Apresentação: 29/10/2024 14:24:40.473 - CMULH

REQ n.102/2024

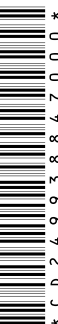
Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: Violência Obstétrica Assistida.

Senhora Presidenta,

Requeremos a V. Exa, com base nos art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 24, inciso VII, e art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, entre esta Comissão e a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, para debater o tema: Violência Obstétrica Assistida.

Para tanto, sugiro que sejam convidadas para a aludida audiência pública, representantes das seguintes entidades:

- 1- Débora Nicodemo: Mestre em Relações Internacionais, advogada atuante em violência obstétrica, direito da saúde e direito de família;
2. Valéria Mori Machado: Advogada sênior do escritório Mori Machado Advogados, especialista em violência obstétrica, e professora na área dos direitos do ciclo gravídico-puerperal. Diretora jurídica da REHUNA;
3. Gislaine Paes Rocha: Advogada especialista em direito aplicado, civil e processual civil, doula, e educadora perinatal. Atua pela saúde da mulher e contra a violência obstétrica e neonatal;
- 4 - Daphne Rattner: Representante da Rehuna (Rede pela Humanização do Parto e Nascimento).



* C D 2 4 9 9 3 8 8 4 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso

JUSTIFICAÇÃO

Apresentação: 29/10/2024 14:24:40.473 - CMULH

REQ n.102/2024

Foi lançado o livro “Violência Obstétrica Assistida: um estado de coisas inconstitucionais baseado em casos reais” no dia 12/09/2024, na USP, por promoção do Nexo Governamental XI de Agosto.

Essa obra adentra em aspectos culturais, históricos, jurídicos legislativo, social e político. Aprofunda em falhas estruturais e de ausência de política pública efetiva para erradicar essa violência de gênero em todas as esferas do estado. Além disso, aponta possíveis soluções, além de trazer inúmeras sugestões legislativas, principalmente para criar um estatuto da gestante, que visa a consolidação de um sistema de defesa e de proteção às gestantes e os bebês.

Assim, para promover a participação popular, discutir soluções e políticas públicas efetivas, a Deputada Federal Juliana Cardoso, em conjunto com a organização da sociedade civil Rehuna, propõe a realização de uma audiência pública para debater o tema.

Diante do exposto, solicito o apoio dos demais membros desta Comissão e da Comissão de Saúde, no sentido da aprovação do presente requerimento para a realização da Audiência Pública nos termos aqui apresentados.

Sala das sessões, 29 de outubro de 2024.

JULIANA CARDOSO
Deputada Federal PT/SP



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249938847000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Juliana Cardoso

